

PREFÁCIO

Bioética ou bioéticas? A indagação contida no tema da presente publicação nos obriga a refletir sobre a caracterização do discurso bioético. É o mesmo elaborado por alocação isolada ou construído por diferentes vozes?

Nos anos 1980, a bioética ganhou visibilidade universal através do discurso hegemônico da ética dos princípios concebida nos EUA por Beauchamp e Childress. Os anos 1990 caracterizaram-se por bem fundamentadas críticas ao principialismo norte-americano.

O novo milênio rompe a monotonia do modelo liberal de discurso e acolhe a rica reflexão europeia e latino-americana que se impõem de maneira irreversível no universo da reflexão bioética.

Bioética ou bioéticas?

Tema central do III Encontro Luso-Brasileiro de Bioética realizado em Abril de 2004 em Ponta Delgada, ora materializado nesta publicação, é uma inestimável contribuição para o registro das diferentes vozes que compõem o discurso bioético em língua portuguesa.

Bioética ou bioéticas?

Penso que podemos considerar pelo menos quatro modelos de discurso bioético que, a meu juízo, os denominarei: dogmático, liberal, deliberativo e hipercrítico.

O modelo dogmático é construído sobre verdades consideradas indiscutíveis e suas bases conceituais vêm da cultura judaico-cristã. Apresenta-nos proposições como dogmas de verdades, cujos conteúdos são considerados, *a priori*, corretos.

Importante recordar que, por ocasião do Concílio Vaticano I, ainda que sem a unanimidade do episcopado católico, foi aprovado em 18 de Julho de 1870 um decreto estabelecendo o dom de infalibilidade do Papa em decisões dogmáticas, o que as torna imutáveis. Trata-se, portanto, de um conjunto de propostas morais indiscutíveis, já que emanadas de autoridade infalível. É um discurso de regras que provem de uma autoridade superior, não passível de qualquer discussão ou deliberação.

Exemplos eloqüentes do modelo dogmático estão presentes no *Manual de Bioética* de Ellio Sgreccia. A respeito da licitude dos meios para obtenção de sêmen para fertilização humana artificial homóloga, o autor propõe que “no que se refere à masturbação, é seguro, por si só, que é intrinsecamente um ato imoral”.

O vínculo moral entre sexualidade, procriação, e ato conjugal foi confirmado pela Instrução *Donum Vitae* da Congregação para a Doutrina da Fé de 22 de Fevereiro de 1987, assinada pelo cardeal Ratzinger, onde se condena qualquer método artificial de fecundação assistida, mesmo que homólogo, por não ser “fruto de um ato específico da união conjugal e por desconsiderar os princípios morais do sacramento do matrimônio”. O modelo dogmático tem como pretensão exclusivamente ditar normas morais com aplicação em bioética. É claramente unidirecional, assimétrico e heterônomo, já que não possibilita deliberar sobre valores morais, aprioristicamente considerados irrefutáveis.

O segundo modelo de discurso provem da filosofia liberal. John Stuart Mill, um dos arautos do liberalismo, assim se expressa em *Sobre a Liberdade* “no que se refere a uma pessoa, a independência é, de direito, absoluta. A respeito da pessoa, sobre seu corpo e espírito, o indivíduo é soberano”.

As pessoas são consideradas sujeitos morais, livres, autônomos e iguais, o que pressupõe o entendimento de que tudo deve ser feito respeitando-se incondicionalmente a autonomia pessoal e valorizando-se enfaticamente contratos realizados entre sujeitos envolvidos em quaisquer tomadas de decisões. São os chamados “contratos sociais”, que estão presentes em *Medical Ethics* (1981), do bioeticista norte-americano Robert Veatch, quando expõe as regras morais da ética contratualista que devem normatizar as relações médico-paciente.

O Estado deve estar presente somente para proteger os interesses dos cidadãos nas tomadas de decisões segundo seus valores morais próprios. A recomendação é de se respeitar a máxima neutralidade possível em questões morais e considerar que decisões neste âmbito devem ser prerrogativas exclusivas da esfera privada das pessoas e seus agrupamentos morais. O modelo liberal julga injustificado deliberar sobre valores porque os mesmos serão sempre relativos. Esse discurso se limita a expor diferentes posturas morais, sem contudo, valorizá-las e hierarquizá-las. É o que fundamenta as recomendações de Tristram Engelhardt em *The Foundations of Bioethics* (1986, 1996), quando descreve duas esferas diferentes de moralidades: a secular geral, e a de comunidades morais particulares.

Engelhardt criou a interessante figura dos “amigos e estranhos morais”, cada qual com moralidades específicas, inseridos em agrupamentos huma-

nos distintos e que consideram injustificável promover debates sobre quaisquer valores morais alheios. No capítulo sobre transplante de órgãos, o autor propõe que “uma vez que as pessoas têm liberdade de ação com relação a si mesmas e a outros a quem oferecem consentimento e, como os fetos não são pessoas no sentido estrito, não é possível, na moralidade secular geral, proibir a geração de fetos como fonte de órgãos ou tecidos [...] qualquer restrição apresentada somente poderá ser acolhida se dependente de uma visão moral particular e não de alguma visão secular geral”.

Levando-se em conta esta orientação, deve-se considerar moralmente válida a venda de um rim, por expressar legitimamente um ato de autonomia pessoal e, outrossim, será inaceitável a imposição de qualquer limitação à realização de contrato entre duas pessoas que livremente desejam a venda e compra do órgão em questão. O que significa assimilar acriticamente esta proposição? Em 2004, tivemos no Brasil comprovação de que pessoas pobres do Estado de Pernambuco foram trasladadas para um país do Oriente com a finalidade de cumprir contratos de venda de rins adquiridos por pessoas bem aquinhoadas economicamente, residentes em países centrais. Em troca, os “doadores” recebiam como pagamento pouco mais do que cinco mil dólares norte-americanos. A indagação que se impõe é se cidadãos de países sub-desenvolvidos, já vulnerabilizados pela pobreza e miséria, não se transformarão em vítimas fáceis do abjeto mercado de órgãos.

O modelo denominado deliberativo ou da comunidade de argumentação, a meu juízo, tem na contemporaneidade quatro representantes fundamentais: Karl Popper, Ludwig Wittgenstein, Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas. Karl Popper descreveu a ciência como uma das maiores e mais ricas aventuras que os seres humanos podem realizar e que devem fazê-la sempre como um processo de construção aberto, onde o progresso do conhecimento se empreende considerando natural a crítica feita reciprocamente entre os cientistas. O jogo da ciência, para Popper, deve ser efetuado por aceitações e/ou refutações, utilizando-se necessariamente a deliberação como fonte legítima para a validação do processo de elaboração do conhecimento. Para ele, a ciência jamais deve ser território imóvel ou de segurança, mas sim campo de desafio e audácia. Considera as verdades científicas sempre provisórias e a ciência um universo em permanente construção.

Ludwig Wittgenstein foi, sem dúvida, quem implantou uma das mais importantes mudanças na teoria da ação lingüística e comunicativa. O autor considera que somente a linguagem tem capacidade de estabelecer verdadeira e autêntica interação entre as pessoas. Como prática

interativa não pode, portanto, ser concebida como iniciativa de uma pessoa solitária, senão como ação em um processo intersubjetivo de interlocução, entendimento e colaboração, o que obviamente invalida a possibilidade de qualquer tipo de linguagem particular não legitimada por uma comunidade humana de argumentação. Para Wittgenstein, o atributo da linguagem não pode ser entendido como obra de um sujeito isolado, mas sempre e unicamente como exercício dialético de pessoas que interagem empregando o processo de deliberação conjunta.

Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas elaboraram “a ética do discurso” como um modelo teórico que pretende não somente esclarecer as condições de entendimento intersubjetivo, como também definir os postulados pragmáticos da linguagem. O modelo proposto pela ética do discurso, se desloca do plano individual para o universal, do contingente para o necessário, da simples alocação para o diálogo por meio de um processo dialético que não subestima nenhuma das partes envolvidas na prática discursiva, muito menos as de conteúdos contraditórios.

Habermas considera inadequada a relação vertical e assimétrica do modelo dogmático, qualificando-a como patética ação unidirecional sujeito-objeto, e propõe outra instância de relacionamento intersubjetivo que privilegia uma interrelação mais autêntica, horizontal e simétrica entre as partes envolvidas no processo discursivo. Por outro lado, reconhece que o acordo obtido na ética do discurso não nega a racionalidade científica, mas tenta transcender a projeção da simples auto-realização pessoal do modelo liberal. A deliberação é apresentada como o melhor instrumento para obtenção de acordos interpessoais, assim como o critério mais legítimo de encontro do consenso através do processo de busca de soluções éticas que contemplem a máxima prudência e coerência possíveis entre os variados fragmentos das experiências morais humanas. Em síntese, pretende ser o único caminho válido que torna possível o alcance de soluções negociáveis entre pessoas com capacidade de refletir, argumentar e deliberar. Considera que, além das postulações individuais que ambicionam impor verdades pessoais, estão aquelas que devem legitimar-se pelo processo da deliberação conjunta obtida sem deformações internas ou externas. Assim, o conceito de razão não é centrado no sujeito isolado, como ocorre no modelo liberal, nem em cosmovisões transcendentais intrínsecas ao modelo dogmático, senão no que resulta de argumentações livremente expressadas por todos os envolvidos na comunidade discursiva. É óbvio que, para tanto, é imprescindível que o processo da ação comunicativa seja simétrico, horizontal, com respeito e inclusão de todos os interessados na busca do acordo intersubjetivo.

A ética do discurso propõe a deliberação sobre “o que fazer” diante de diferentes posturas morais quando se busca obter possíveis consensos. Assegura que não se pode universalizar valores e considera que não é necessário que assim o seja, mas entende obrigatório que se persigam soluções sensatas e prudentes frente a diferentes posturas e percepções morais que estão presentes em uma sociedade plural, caso se pretenda construir uma verdadeira comunidade de diálogo e não tribos humanas conduzidas por fundamentalismos de toda ordem. O processo de deliberação pretende aproximar pessoas com convicções, crenças e valores diferentes. Mesmo quando as razões apresentadas por alguma parte não possam ser explicadas inteiramente, há que se respeitar as argumentações de todos os afetados, considerando-as como autêntica expressão de diferentes pontos de vista de cada participante da comunidade de comunicação. Para tanto, todos os interlocutores têm que se aplicar na habilidade de acolher e se dispor a compreender os pontos de vista discordantes e aceitar as argumentações de todos os membros da comunidade real de diálogo na busca de decisões razoáveis e prudentes.

O quarto e último modelo tem como representantes mais visíveis Michel Foucault e o recém-falecido filósofo francês Jacques Derrida, este último criador do movimento desconstrucionista. Ambos consideram ser muito controvertida a tese de que se possa construir uma sociedade através de acordos interpessoais harmônicos, como o proposto por Apel e Habermas. Contrariamente, colocam em dúvida até mesmo os fundamentos racionalistas e humanistas que sustentam as práticas discursivas que prometem soluções com presunção de simétricas, razoáveis e justas. Argumentam que somente através de posturas hipercríticas e de pequenas revoltas do pensar cotidiano se alcançam mudanças necessárias para uma sociedade humana mais equânime. Eles praticam uma filosofia profundamente crítica, mas não niilista, ainda que o próprio Foucault tenha declarado que “todo meu pensar filosófico foi feito na leitura de Heidegger, mas reconheço que foi Nietzsche quem triunfou”. Considerando as três perspectivas da teoria do conhecimento: a cartesiana (razão formal), a hegeliana (razão histórica) e a nietzscheana (anulação da razão transcendente), os hipercríticos se posicionam mais próximos da última.

Depois de duas décadas na tentativa de estruturar sua teoria, Foucault encontrou no estudo do subjetivismo humano sinais claros de um projeto de dominação através do uso consciente do poder da linguagem, considerando-a, portanto, como instrumento “necessário para todo conhecimento científico que se exterioriza pelo discurso e, ao mesmo tempo, é conduzida visando controlar, selecionar, e ordenar todos os procedimen-

tos com o objetivo de impor o poder”. Foucault argumenta que as estratégias dialéticas utilizadas nas práticas discursivas o são como “armas de poder”. Parece indiscutível que a experiência existencial em sociedade será sempre a de reconhecer ações de algumas pessoas sobre outras e, na avaliação do filósofo, conceber a sociedade humana sem relações de poder é abstração ingênua e perigosa.

Estima o autor que o poder não é necessariamente repressivo, pois é exercido pelos que o detêm, assim como é facultado ao universo dos dominados, porém considera imperioso reconhecer que as relações de forças que o constituem demonstram que, ao invés do que imaginam os utopistas do modelo habermasiano, que consideram possível atingir a harmonia social através de uma hipotética suspensão das assimetrias de linguagem, ele assevera que “o poder produz o saber, e que não há relação de poder sem estruturação simultânea de um campo do saber”. Assim, não é a atividade do sujeito do conhecimento que detém força ou autonomia suficiente para produzir qualquer saber alheio ao poder, senão que o poder-saber se constitui no sentido obrigatório que determina os campos possíveis do relacionamento humano. Reconhece ainda, o autor, que não é adequado entender que o universo da linguagem esteja dividido em dois blocos monolíticos: o dos incluídos, detentores do poder, e o dos excluídos, porta-vozes do discurso da resistência.

Foucault orienta-se pela perspectiva de que, mais importante que inquirir qual tipo de enunciado atinge o critério de verdade, é imperioso alcançar os princípios sobre os quais se fazem os enunciados do discurso, considerando sempre o que pode estar oculto, dissimulado no horizonte da prática dialética. Identifica, outrossim, nas proposições contidas na linguagem humana uma realidade selvática, ocupada por perigos e dissimulações, onde prevalecem as assertivas dos que detêm o poder. De qualquer modo, se não se quer tomar Foucault pelas respostas (que não são muitas) para aplacar nossas dúvidas no campo da comunicação e linguagem, não se pode deixar de considerá-lo com muita atenção pelas perguntas incômodas que ele nos propõe. A desafiadora idéia central de seus escritos é que nenhuma prática discursiva ou pedagógica é verdadeiramente libertadora.

Não é difícil reconhecer, na atualidade, o discurso da nova direita norte-americana que tenta impor seu projeto neoliberal em âmbito global. Ruth Chadwick, em editorial do n.º 5 de 2004 da revista *Bioethics* utiliza o termo “*bioethical colonialism*” ao se referir a alguns programas de formação em bioética oferecidos por países centrais a profissionais dos continentes sub-desenvolvidos.

Em suma, penso que para alcançar, no campo da bioética, que é ética aplicada, um discurso que aspira ser o mais universal e conseqüente possível, se faz necessário guardar prudente distância dos modelos dogmático e liberal. De igual modo, há que se esmerar no exercício da deliberação sobre diferentes percepções morais segundo o modelo habermasiano, mas desconsiderar os alertas de Foucault a respeito das possibilidades de práticas discursivas enganosas e assimétricas que estão presentes nas comunidades reais de comunicação será seguramente uma atitude ingênua e inconstante.

Desejo concluir, afirmando que, por intermédio dos Encontros Luso-Brasileiros de Bioética, intelectuais de ambos os países caminham prudente e acertadamente pela senda acima esboçada. A terceira versão dos Encontros, ora compilada nesta obra demonstra que é possível erguer sólidas pontes entre posturas morais distintas quando os protagonistas do diálogo assim o desejam e estejam preparados para tanto, o que nos permitirá resgatar as propostas originais de Potter.

Portugal e Brasil, através dos Encontros, juntam-se na impreterável tarefa de construir pontes para o futuro e você, caro leitor, é convidado a participar desta cruzada humanista.

Boa leitura!

José Eduardo de Siqueira

Organizador brasileiro do III Encontro Luso-Brasileiro de Bioética